

ARQUITETURA MODERNISTA E TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: UMA REFLEXÃO SOBRE A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA E SUAS CONTRADIÇÕES

Daniela Santa Rosa Rodrigues*

RESUMO

O presente artigo busca analisar a percepção arquitetônica como estudo da cidade e do espaço urbano, demonstrando um ponto importante para se pensar tanto o modernismo quanto o pós-modernismo. A análise do espaço construído através do planejamento urbano exhibe contradições entre a política de desenvolvimento e as demandas sociais, onde o processo de acumulação, característico do capitalismo, impõe padrões de divisão social e espacial. Inicialmente se examina a transformação do espaço a partir das reflexões de Fredric Jameson e sua ênfase na arquitetura pós-moderna articulando-as, em um segundo momento, às premissas modernistas que idealizaram a construção de Brasília. Na conclusão, admite-se que tal cidade nasceu fundamentada na visão romântica da busca de uma nova sociedade e de uma nova era, mas que na prática revelou aos poucos uma contradição, na qual o próprio espaço se transformou em um mecanismo de segregação e de controle.

PALAVRAS-CHAVE: arquitetura modernista; espaço urbano; Brasília; contradições sociais

* Aluna do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba. Correio Eletrônico: danielasrodrigues@gmail.com

INTRODUÇÃO

Examinar o projeto de construção de Brasília e sua realização como um exemplo de arquitetura e de planejamento urbano modernista levanta uma série de questões acerca do processo de desenvolvimento nacional. As pretensões do modernismo em sincronia com a idealização da cidade planejada se relacionam a um conjunto de práticas sociais que, de um lado, se corporificam nas intenções do governo ao construí-la e ocupá-la e nas concepções a respeito da própria mudança social desejada e que, por outro lado, constituem um paradoxo, representado na negação da realidade brasileira até então existente.

O projeto de construção de Brasília não era somente para a cidade se apresentar como símbolo da nova era, em que a modernização do país foi sinônimo de progresso, mas sim representar e ser a própria transformação da sociedade brasileira. Assim, o papel da arquitetura e do urbanismo moderno na criação de uma nova cidade fez com que se criasse uma nova imagem social fundamentada na ordem e nos valores que serviram de inspiração para o próprio projeto arquitetônico. A construção da cidade e a constituição de uma sociedade geraram paradoxos, que culminaram no fato de que as premissas originais não se revelaram na prática.

Nessa perspectiva, o presente artigo busca reflexões acerca do modelo de arquitetura modernista em contraste com a crítica de Fredric Jameson ao modelo arquitetônico pós-moderno. Ao dar ênfase à produção ideológica da escola moderna, analisam-se os ideais que permeiam a construção de Brasília e no que esta cidade veio a se transformar, mostrando que criação e transformação do espaço metropolitano planejado colocam em questão as mais variadas demandas sociais, inclusive o próprio poder constituído e representado através de monumentos, além da ocupação e da distribuição do espaço.

A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A apropriação do espaço, assim como sua organização, é característica das atividades humanas que o aproveitam a fim de satisfazer suas necessidades. Interessa-nos aqui a cidade como espaço urbano que engloba funções e processos em conexão com a estrutura social, o que leva ao consenso e ao conflito entre os atores desse determinado espaço.

A cidade capitalista privilegia a ocorrência desses processos urbanos, nos quais a acumulação de capital e a reprodução social têm grande importância. Tais processos relacionam as formas e funções espaciais, caracterizando um tipo cultural ou uma prática cuja distribuição urbana constitui sua própria forma de organização social. A maneira na qual estão dispostas as cidades obedece a uma lógica cultural, especificando aqui a cultura ocidental e capitalista, e o advento da modernidade como mecanismo de transformação do espaço urbano.

Nesse contexto, é interessante pensar a transformação do espaço urbano na perspectiva de Fredric Jameson, ressaltando aqui que sua análise está mais para a crítica às experiências pós-modernas, onde o tecido urbano se mostra degradado, tendo como exemplo substancial a arquitetura pós-moderna, mas que ao mesmo tempo serve de referência e de embasamento para se pensar a cidade, no caso específico de Brasília, e o fenômeno moderno.

Para Jameson, a arquitetura é de todas as artes a mais próxima da reprodução econômica; assim, esta aparece como suporte ao enfatizar a idéia de tempo e espaço. Analisando o Hotel Bonaventure, construído em Los Angeles por John Portman, como um exemplo de originalidade na arte arquitetônica pós-moderna, Fredric Jameson afirma:

“[...] quero ainda esboçar uma análise de um edifício totalmente pós-moderno – uma obra que tem muitas características diferentes das de uma arquitetura pós-moderna cujos principais proponentes são Robert Venturi, Charles Moore, Michael Graves, e mais recentemente, Frank Gehry, mas que, a meu ver nos dá uma lição notável a respeito da originalidade do espaço pós-moderno.” (JAMESON, 2002: 64)

Ao descrever o edifício, há o surgimento da noção e da ideia de hiperespaços, em contraste com a mutação do espaço construído. Segundo o próprio autor, os seres humanos não acompanharam essa evolução do espaço em seu campo perceptivo e sensorial, caracterizando assim uma disjunção entre corpo e meio ambiente. Dessa incapacidade humana de mapeamento do espaço construído, surge a desorientação, onde os hiperespaços oferecem a falsa visão de mundo completo cujas dimensões levam à cisão com a cidade, com o urbano. Tal dimensão no pós-modernismo configura-se como uma nova prática coletiva, ou seja:

“O Bonaventure aspira a ser um espaço total, um mundo completo, uma espécie de cidade em miniatura; ao mesmo tempo, a esse novo espaço total corresponde uma nova prática coletiva, uma nova modalidade segundo a qual os indivíduos se movem e se congregam, algo como a prática de uma nova e historicamente original hipermultidão.” (JAMESON, 2002: 66)

Essa relação entre o edifício Bonaventure e a construção de hiperespaços também pode ser associada aos shoppings centers, que nos oferecem uma falsa idéia de tempo, ou melhor, a perda da noção de tempo. Não importa a hora que você entre nesse ambiente, sua iluminação sempre será a mesma.



Hotel Bonaventure



Pátio Brasil Shopping

Desta forma, Jameson configura a cultura pós-moderna ao apontar a inovação estética advinda do capitalismo multinacional, pois a produção dessa estética está integrada à produção de mercadorias. Os próprios planos governamentais instigam esse processo a partir de fomentos institucionais e, como já dito, a arquitetura, de todas as artes, é a que se aproxima mais da reprodução econômica. Destarte, o autor procura entender essa nova fase não como um estilo, mas como uma dominação cultural, pois essa se expressa como uma posição política em função do capitalismo tardio.

É válido destacar que a crítica de Jameson não se refere apenas à arquitetura. Nos últimos anos o que se percebe é uma reviravolta no que concerne à produção artística, e a arquitetura se insere também como arte –, relembrando os mais variados estilos. Porém, há uma espécie de ruptura em relação ao movimento moderno, que modifica a forma de percepção das artes e não se restringe apenas à prática arquitetônica, pois são analisados também o cinema e a pintura. Ao comparar os quadros de Van Gogh e Andy Warhol, Jameson percebe na obra do último uma perda de profundidade em contraste com o esmaecimento dos afetos e com o enfraquecimento da noção de historicidade típico do período pós-moderno, levando-o a considerar que este seria uma concepção histórica e não estilística.

Ao fundamentar-se na análise dos produtos culturais pós-modernos, Jameson coloca em xeque essa produção artística em sua estreita relação com o capitalismo tardio, em que a modificação da produção estética revela-se drasticamente nos modernos projetos arquitetônicos, o que ele chama de populismo estético, levando assim à reavaliação do urbanismo. Se na reflexão de Jameson essa ruptura é muito frequentemente relacionada ao atenuamento ou extinção do centenário movimento moderno, é válido questionar outro aspecto: “se o modernismo está morrendo, ele, todavia, continua a predominar, ao menos no Terceiro Mundo” (HOLSTON, 1993: 13). Daí a intenção de relacionar tais aspectos à idealização e construção de Brasília, como projeto arquitetônico modernista e como projeto político.

AS PREMISSAS MODERNISTAS

Na condição de movimento cultural e artístico que se iniciou na Europa, o Modernismo se difundiu no Brasil com os manifestos de vanguarda, amplamente dispostos na Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo. Tendo como referência a renovação da estética, a valorização da cultura e da realidade nacional, o movimento modernista rompe com as antigas tradições, evidenciando um novo estilo, refletido tanto na literatura quanto nas artes em geral. Na arquitetura, a busca por soluções dos problemas causados pela Revolução Industrial e pelo desenvolvimento do capitalismo tornou-se uma das premissas básicas do modernismo, no qual há um redirecionamento da organização espacial através do planejamento urbano.

Nesses termos, Brasília se desenvolveu a partir da produção e da organização do espaço urbano através do planejamento. Sua proposta materializou-se tendo como referência os manifestos dos *Congrès Internationaux d'Architecture Moderne*¹, para os quais a “arquitetura e o urbanismo modernos são os meios para a criação de novas formas de associação coletiva, de hábitos pessoais e de vida cotidiana.” (HOLSTON, 1993: 37)

¹ CIAM: Congresso Internacional de Arquitetura Moderna.

Nesse contexto, a idealização da cidade corporifica-se na premissa de transformação social pretendida pelos CIAM, onde o Brasil é representado pelos arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Um dos manifestos² mais significativos desses congressos dispõe os objetivos do planejamento urbano, os quais são: moradia, trabalho, lazer (nas horas livres) e circulação:

“O que distingue o zoneamento modernista dos que o precederam é a ideia de que a vida urbana pode ser entendida, para fins de planejamento, em termos dessas quatro ou cinco funções, e o que é mais importante, que estas deveriam ser organizadas em setores mutuamente excludentes dentro da cidade.” (HOLSTON, 1993: 38)

A partir da doutrina dos CIAM, a cidade, ou melhor, o espaço urbano se constitui como uma solução para os conflitos sociais desse dado sítio, cujos atributos são consequência da dominação dos interesses privados, da acumulação de riqueza e do desenvolvimento da indústria no âmbito da própria cidade. Destarte, esses congressos estavam associados a movimentos de vanguarda empenhados na resolução da crise que o capitalismo industrial provocou, tendo consequências na organização metropolitana. Suas respostas para a crise exigiam o predomínio da ação coletiva e dos direitos coletivos sobre os interesses privados, tanto no âmbito de controle das forças do desenvolvimento industrial quanto na ordenação e na disposição da cidade.

As críticas às políticas de desenvolvimento do modelo econômico capitalista refletiram-se na arquitetura, politizando-a. Partindo de premissas igualitárias e de combate à crise, tais esforços convergiram com as posições a favor do surgimento de um novo tipo de cidade. A propriedade privada era tida como o principal impedimento para o planejamento, mas nunca foi pretendida a sua abolição, sugerindo-lhe assim uma redefinição.

“Em consequência dessa distribuição igualitária, os CIAM sustentavam que a cidade modernista alcançaria seus fins últimos: seria uma cidade sem estratificações sociais e espaciais segundo diferentes classes de renda.” (HOLSTON, 1993: 54)

Da consolidação desses esforços tornou-se prática a realização das premissas modernistas em seu caráter arquitetônico e urbanístico. A cidade modernista planejada surge como instrumento de política governamental com o controle do fluxo e organização populacional e com a ordenação do espaço urbano, mas que parte das seguintes pretensões: sua base é anticapitalista e igualitária e se baseia na confiança na autoridade estatal como meio de alcançar o planejamento em conjunção com a arte, com a política e com a vida cotidiana. Assim, o planejamento urbano na perspectiva modernista surge como um novo estilo de vida, no qual suas novas propostas de construção urbanística foram desenvolvidas como mecanismos de mudança social, evidenciados na forma em que se trabalhou o concreto, ou seja, na introdução de novos edifícios, modificando o tecido urbano por inteiro.

² A Carta de Atenas.

BRASÍLIA: A CIDADE EM QUESTÃO

Conhecida mundialmente como exemplo do urbanismo modernista, Brasília tem a especificidade de metrópole criada por uma deliberação governamental. Construída para ser a nova capital do país, a cidade pretendia ser o símbolo do processo de modernização e de urbanização, ou seja, Brasília surge em uma fase em que se intensifica a industrialização no Brasil, marcada pela indústria como força propulsora da economia nacional e sendo esta responsável por sua expansão.

“No caso de Brasília, foi explicitada a intencionalidade da formação de um aglomerado urbano, enquanto nos demais casos isto é a tendência implícita no processo de urbanização, em sua fase atual. Com Brasília, a ação do Estado como indutor da urbanização do país se faz de forma evidente, não só através da criação da mesma cidade e da destinação do uso de seu solo urbano, mas também pela implantação de ligações de Brasília com o interior do país e de outras medidas que, direta ou indiretamente, estimularam e permitiram a urbanização pelo interior.” (FERREIRA, 1985: 44).

Porém, sua idealização inicial parte da profecia de Dom Bosco (padroeiro da cidade), que, por ocasião de um sonho, disse ver a Terra Prometida muito antes de sua construção. Ao relatar seu sonho, o santo descreve a exata localização de onde mais tarde se construiria Brasília. Entretanto, além dos mitos de fundação que permeiam sua história, desde 1892 já se tinha a ideia de transferência da capital para o interior do país, primeiro para resguardar a própria capital de possíveis ataques e segundo para implementar as políticas de povoamento e de urbanização do interior do Brasil, já que estas tinham forte concentração na região Sudeste.

Somente em 1955 a ideia da construção de Brasília ganha maior proporção com a campanha presidencial de Juscelino Kubitschek. Após conseguir se eleger, o plano de concepção da cidade tornou-se a meta principal daquilo que Juscelino denominava o Programas de Metas, fundamentado no slogan “50 anos em 5”. Segundo o presidente, a concretização da cidade daria origem tanto à integração nacional quanto ao desenvolvimento da região centro-oeste, levando o mercado nacional para o interior do Brasil e integrando-o a economias de subsistências do interior com a construção de novas estradas que ligariam a capital às mais diversas regiões do país, além de fazer emergir uma grande nação.

Seguindo os moldes propostos pelos CIAM, a construção de Brasília se dá em torno dos ideais modernistas e sua materialização parte da proposta de transformação da sociedade brasileira marcada na arquitetura e no urbanismo moderno, que se corporificam na organização residencial da cidade.

“Os blocos de apartamentos de uma superquadra são todos iguais: a mesma fachada, a mesma altura, as mesmas facilidades, todos construídos sobre pilotis, todos dotados de garagem e construídos com o mesmo material, o que evita a odiosa diferenciação de classes sociais, isto é, todas as famílias vivem em comum, o alto funcionário público, o médio, o pequeno. Quanto aos apartamentos, há uns maiores e outros menores em números de cômodos, que são distribuídos respectivamente, para famílias conforme o número de dependentes. E por causa de sua distribuição e inexistência de discriminação de classes sociais, os moradores de uma superquadra são forçados a viver como que no âmbito de uma grande família, em perfeita coexistência social, o que redundará em benefício das crianças que vivem,

crecem, brincam e estudam num mesmo ambiente de franca camaradagem, amizade e saudável formação. [...] E assim é educada, no Planalto, a infância que construirá o Brasil de amanhã, já que Brasília é o glorioso berço de uma nova civilização.” (*Brasília*, 1963 [65-81]: 15 *apud* Holston, 1993: 28)

Enquanto as outras cidades brasileiras são marcadas pela diferenciação de classes sociais, cujo acesso a bens e a serviços é distribuído conforme a renda, a idealização de Brasília evidencia uma espécie de negação da estratificação social existente no restante do país, a começar pela própria disposição dos complexos residenciais.

Porém, no que tange à realidade, há profundas discrepâncias no que diz respeito ao Plano Piloto (planejado) e as cidades-satélites do Distrito Federal, não incluídas no projeto de planejamento, e excluídas do acesso às descritas moradias. Ou seja, ao representar um marco de desenvolvimento para o Brasil e sua inserção no mundo moderno, Brasília, assim como toda e qualquer outra cidade, faz brotar a segregação espacial, incluindo aqui a realidade dos candangos.



Plano Piloto Superquadra 205 Sul

Como o intenso crescimento urbano traz consigo a desorganização espacial, em Brasília seu arranjo se deu de forma específica, no qual o processo de sua concepção foi intencionado pelo governo, que propôs a construção da cidade implementando um projeto de ordenação espacial. Porém, a concepção original da cidade não considerou as possibilidades de sua expansão urbana e regional, e o rápido crescimento populacional não pôde ser absorvido pelos limites do plano. Como na maioria das grandes cidades brasileiras, a população imigrante também formou favelas nas margens do espaço que estava em construção.



Vila Estrutural – Distrito Federal

Segundo o Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, o Distrito Federal conta com uma população de 2.469 milhões de habitantes, distribuídas pelas 27 das 30 Regiões Administrativas (RAs) criadas por lei no DF, incluindo Brasília, que possui apenas 198 mil habitantes.

Ao redor do Plano Piloto se constituíram as cidades satélites do Distrito Federal, que configuram a periferia. Entre as populações dessas regiões existem enormes discrepâncias no que diz respeito à renda, como visto na tabela abaixo:

Regiões Administrativas	Renda Domiciliar Mensal*	Renda Per Capita*
RA I – Brasília	19,3	6,8
RA II – Gama	6,0	1,6
RA III – Taguatinga	9,6	2,5
RA IV – Brazlândia	3,4	0,8
RA V – Sobradinho	9,2	2,4
RA VI – Planaltina	3,2	0,8
RA VII- Paranoá	5,2	1,2
RA VIII - Núcleo Bandeirante	8,3	2,4
RA IX – Ceilândia	4,7	1,2
RA X – Guará	12,3	3,3
RA XI – Cruzeiro	12,1	3,1
RA XII – Samambaia	4,0	1,0
RA XIII - Santa Maria	3,7	0,9
RA XIV - São Sebastião	5,2	1,4
RA XV - Recanto das Emas	3,9	0,9
RA XVI - Lago Sul	43,4	10,8
RA XVII - Riacho Fundo	5,9	1,5
RA XVIII - Lago Norte	34,3	7,8
RA XIX – Candangolândia	8,3	2,2
RA XX - Água Claras	12,4	3,3
RA XXI - Riacho Fundo II	3,3	0,9
RA XXII - Sudoeste/Octogonal	24,1	8,6
RA XXIII - Varjão	2,8	0,8
RA XXIV - Park Way	19,6	4,9
RA XXV - SCIA (Estrutural)	1,9	0,4
RA XXVI - Sobradinho	6,5	1,7
RA XXVIII – Itapoã	1,6	0,4

*Em salários mínimos

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD - 2004

Notas: (1) Para a Região Administrativa XXVII Jardim Botânico não existem informações por ter sido criada após o término da pesquisa.

(2) A Região Administrativa XXIX SIA foi criada em 2005 e não possui unidades residenciais

Nota-se que as maiores rendas estão concentradas no Lago Sul, Lago Norte, Sudoeste/Octogonal, Park Way e Brasília. Fato explicável por residirem nessas regiões membros da administração direta e indireta do governo federal, funcionários públicos graduados e comerciantes que possuem altos rendimentos. Já as menores rendas se encontram em Itapoã, Estrutural e Varjão, onde se encontram condições precárias das residências e da qualidade de vida.

Além de outros problemas específicos de segregação social, a questão habitacional de Brasília é produto não somente da exclusão em si. Como foi uma cidade planejada, em seu projeto não se tinha a noção das proporções que a cidade tomaria e o próprio planejamento não consegue dar suporte à grande demanda habitacional, pois tem um limite e falta espaço. O resultado da diversificação e intensificação dessa demanda gerou uma enorme especulação imobiliária, com preços elevados das residências especialmente no Plano Piloto, e nos Lagos Sul e Norte

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pôde-se perceber que a partir das considerações modernas e pós-modernas houve uma decadência do modernismo, apontando para o pós-modernismo, segundo o próprio Fredric Jameson analisa. O pós-modernismo não é visto como um novo estilo sob a ótica do autor, mas sim como uma dominação cultural evidenciada pelo capitalismo tardio. Tal convicção se encaixa perfeitamente na antiga proposta modernista enquanto movimento cultural de contestação, o que favorece a visão positiva de Jameson da produção modernista no âmbito das artes e no caso específico da arquitetura. Seus argumentos mostram que com todas essas mudanças a formação de um novo espaço social pós-moderno não se dá mais em função do capitalismo clássico com a luta de classes e o primado da produção industrial, como no modernismo, pois a própria idéia de periodização histórica já se mostra agora problemática.

As novas tecnologias determinam de algum modo a vida social e a produção cultural. Destarte, Jameson joga uma luz no que diz respeito à nova arte política em seu espaço, cuja configuração desse espaço mundial do capital multinacional deverá se ater ao pós-modernismo, uma vez que se discute uma possibilidade de uma política cultural contemporânea eficiente. A partir do que foi exposto no presente trabalho, se percebe, no caso de Brasília, a imensa obra histórica que se construiu em menos de cinco anos.

Brasília hoje é patrimônio cultural da humanidade e símbolo do modernismo brasileiro, mas infelizmente não conseguiu fugir às regras de toda e qualquer cidade, não cumprindo assim as pretensões iniciais da escola arquitetônica que a concebeu. Como foi planejada, suas vias de tráfegos são enormes e os lugares são bem distantes um do outro, o que caracteriza a premissa de que todos teriam que ter carro para circular na cidade, o que constitui um exemplo de hiperespaço, como proposto por Fredric Jameson. O indivíduo sente-se “perdido” ou desorientado em meio a tanto concreto armado. Um estudo mais detalhado em nível de monografia trará maior profundidade e novas reflexões acerca do assunto aqui abordado.

MODERNIST ARCHITECTURE AND TRANSFORMATION OF URBAN SPACE: ON THE CONSTRUCTION OF BRASÍLIA AND ITS CONTRADICTIONS**ABSTRACT**

The article aims at analysing the architectonic perception as study both of the city and of the urban space, highlighting an important issue to think about both Modernism and Post-modernism. The analysis of the space constructed through urban planning betrays contradictions between policies of development and social demands, in which the process of accumulation, typical of capitalism, imposes patterns of social and spacial division. Initially, the transformation of the urban space is examined through Fredric Jameson reflections and their emphasis on Post-modern architecture articulating them, in a second moment, to the Modernist premises which idealized the construction of Brasília. In the conclusion, the article admits that such city was born grounded by the romantic vision of seeking both for a new society and for a new era, but in practise it increasingly revealed a contradiction, in which the proper space became a mechanism of social control and segregation.

Keywords: Modernist architecture; urban space; Brasília; social contradictions

REFERÊNCIAS

Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN - www.codeplan.df.gov.br

FERREIRA, Ignez C. B. (1985). O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília. In PAVIANI, Aldo (org). *Brasília, ideologia e realidade: o espaço urbano em questão*. São Paulo: Projeto.

FICHER, Sylvia; ACAYABA, Marlene (1982). *Arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Projeto

HARVEY, David (1996). *A condição pós-moderna*, 6ª ed. São Paulo: Editora Loyola.

HELENA, Lúcia (1989). *Modernismo brasileiro e vanguarda*, 2ª ed. São Paulo: Ática.

HOLSTON, James (1993). *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – www.ibge.gov.br

JAMESON, Fredric (2002). *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática.

MORAES, Eduardo (1978). *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Graal.

PAVIANI, Aldo (1989). *Brasília: a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

SANTOS, Milton (1980). *A urbanização desigual*. Petrópolis: Editora Vozes.